

Democracia em Portugal 2022

MARCELO CAMERLO
DAVID PIMENTA
JOÃO GABRIEL DE LIMA
LÚCIO HANENBERG
(ORGANIZADORES)

DEMOCRACIA EM PORTUGAL 2022

Caderno do Observatório
da Qualidade da Democracia

Organizadores

Marcelo Camerlo

David Pimenta

João Gabriel de Lima

Lúcio Hanenberg

ICS

Imprensa
de Ciências
Sociais

Imprensa de Ciências Sociais



**Instituto de Ciências Sociais
da Universidade de Lisboa**

Av. Prof. Aníbal de Bettencourt, 9
1600-189 Lisboa – Portugal
Telef. 21 780 4700 – Fax 21 794 0274

www.ics.ulisboa.pt/imprensa
E-mail: imprensa@ics.ul.pt

Instituto de Ciências Sociais – Catalogação na Publicação

Democracia em Portugal 2022 – Caderno do Observatório da Qualidade da Democracia
org. Marcelo Camerlo, David Pimenta, João Gabriel de Lima, Lúcio Hanenberg. – Lisboa:

Imprensa de Ciências Sociais, 2023.

Coleção Observatórios

CDU 321.7

978-972-671-742-3; PDF 978-972-671-743-0



© Instituto de Ciências Sociais, 2023

Capa: Mariana do Vale

Projeto gráfico: Rui Rasquinho

Revisão: António Rodrigues

Impressão e acabamento: Gráfica Manuel Barbosa & Filhos, Lda.

Depósito legal: 513710/23

1.ª edição: Abril de 2023

Índice

Autores e organizadores	15
-------------------------------	----

VOZES

Dez perguntas sobre a qualidade democrática

Entrevista a Leonardo Morlino

Pellegrino Cammino	25
--------------------------	----

O Observatório da Qualidade da Democracia: uma plataforma para o diálogo. Entrevista a Marina Costa Lobo

João Gabriel de Lima	35
----------------------------	----

TRANSVERSALIDADES

ATORES, INSTITUIÇÕES E COMPORTAMENTOS

CAPÍTULO 1 | O regresso das autocracias

António Costa Pinto	45
---------------------------	----

CAPÍTULO 2 | O III governo de António Costa: partidarização e especialização da elite ministerial

André Paris e Pedro Silveira	61
------------------------------------	----

CAPÍTULO 3 | André Ventura, o Chega e o populismo irregular

David Pimenta, Eduardo Gonçalves e José Pedro Zúquete	69
---	----

CAPÍTULO 4 Repensando a representação democrática de interesses do mundo laboral	
Raquel Rego	77
CAPÍTULO 5 Na rota do ódio: um estudo dos comentários sobre política nas redes sociais	
Susana Salgado	83
CAPÍTULO 6 Democracia deliberativa em Portugal: aprendendo com a primeira edição do Conselho de Cidadãos de Lisboa	
Roberto Falanga	89
CAPÍTULO 7 Novos atores políticos, velhas lutas simbólicas	
Filipa Raimundo	105
O MELHOR, O PIOR E O QUE ESTÁ PARA VIR A ANÁLISE DOS POLITÓLOGOS	
CAPÍTULO 8 Descentralização: um ruidoso silêncio e uma silenciosa reforma	
Filipe Teles	115
CAPÍTULO 9 O ano da maioria absoluta: oportunidades e desafios	
Marco Lisi	119
CAPÍTULO 10 Portugal e as suas escolhas	
Luís Lobo-Fernandes	123
CAPÍTULO 11 Os arautos do futuro? Jovens, participação política e democracia em Portugal	
Conceição Pequito Teixeira	127
CAPÍTULO 12 Na bússola da política externa	
Bruno Cardoso Reis	135
CAPÍTULO 13 O sistema partidário em 2022: estabilidade ou mudança?	
Carlos Jalali	139

CAPÍTULO 14 A clareza da sociedade e a ambiguidade do governo face à guerra da Ucrânia	
Madalena Meyer Resende	143
CAPÍTULO 15 A (des)proteção dos direitos humanos em Portugal	
Daniela Nascimento	147
CAPÍTULO 16 Europa, antecâmara da democracia portuguesa?	
Sandrina Antunes	151
CAPÍTULO 17 O estado da democracia portuguesa no rescaldo da pandemia	
Ana Maria Belchior	155
CIÊNCIA POLÍTICA À PORTUGUESA	
MEDIA, ACADEMIA, JOVENS	
CAPÍTULO 18 Politólogos na imprensa escrita	
David Pimenta e Lúcio Hanenberg	165
CAPÍTULO 19 A produção académica em Portugal	
Nelson Santos e Hugo Ferrinho Lopes	171
CAPÍTULO 20 Uma visão dos mais jovens	
David Pimenta e Lúcio Hanenberg	183
Referências bibliográficas	189

Índice de figuras e gráficos

Figuras

2.1	Graus de ligação ao partido	63
2.2	Partidarização vs. especialização (1999-2022)	65
6.1	Mudança de opinião	98
6.2	Tolerância, escuta ativa e capacidade de diálogo	98
6.3	Concordância com as propostas finais	99
6.4	Eficácia das dinâmicas	99
6.5	Utilidade, clareza e suficiência da informação facultada	100
6.6	Satisfação	100
17.1	Percentagem de apoio a diferentes sistemas políticos enquanto melhor forma de governar o país	157
17.2	Percentagem de apoio a sistemas políticos autoritários enquanto melhor forma de governar Portugal, por grupo etário	157
17.3	Índice de democracia na Europa Ocidental e em Portugal	159
17.4	Evolução das categorias do índice de democracia em Portugal	160
19.1	Número de artigos por instituição	174
19.2	Artigos por instituição e quartil	175
19.3	Percentil médio das publicações, por instituição	176
19.4	Colaboração entre pares: número de autores por artigo	177
19.5	<i>Performance</i> qualitativa da produção: artigos por número de autores e quartil	178
19.6	Diferenças de género: artigos por tipo de autores	178
19.7	Artigos publicados, por temática	180
19.8	Produção institucional, por temática	181
20.1	Cartazes políticos integrando os ODS	184
20.2	Inquérito político	186

Gráficos

7.1/7.5	Número de condecorados com a Ordem da Liberdade, por ano e por presidente	108
7.6	Distribuição dos condecorados portugueses com a Ordem da Liberdade, por presidente, em função do seu perfil antes do 25 de Abril	109
11.1	Participação eleitoral em Portugal, por gerações (2022)	130
11.2	Importância atribuída ao exercício do voto em Portugal, por gerações (2022)	130
11.3	Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal, por gerações (2022)	131
11.4	Apoio difuso à democracia enquanto regime político, por gerações (2022)	132
11.5	Apoio ao governo de um líder forte em Portugal, por gerações (2022)	132
11.6	Apoio a um governo de peritos independentes em Portugal, por gerações (2022)	133
18.1	Percentagem de artigos analisados por jornal	167
18.2	Percentagem de artigos de opinião por instituição analisada	168
18.3	Tema do artigo em bloco nacional vs. internacional	168
18.4	Distribuição de artigos por sexo	169

AUTORES E ORGANIZADORES

Ana Maria Belchior é doutorada em Ciência Política e professora associada do Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas do Iscte-IUL e investigadora do CIES-IUL. É também coordenadora do mestrado em Ciência Política no Iscte-IUL. Tem estado envolvida em diversos projetos de investigação relacionados com os temas da democracia, participação política, representação, promessas eleitorais e tomada de decisão política. Publicou os resultados das suas pesquisas em diversas revistas nacionais e internacionais (*Comparative Political Studies*, *International Political Science Review*, *Party Politics*, *South European Society and Politics* ou no *Journal of Legislative Studies*) e em livros e capítulos de livros.

André Paris é doutorando em Política Comparada no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e membro da equipa portuguesa do South European Governments project. Licenciado e mestre em Ciência Política pelo ISCSP-UL, foi investigador visitante no Instituto Carlos III - Juan March de Ciências Sociais (ICJM) da Universidade Carlos III, Madrid entre abril e julho de 2022. Tem como principais interesses de investigação os processos de democratização, os legados autoritários, a direita partidária e os governos e perfis ministeriais em Portugal e na Europa do Sul.

António Costa Pinto é investigador no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e professor catedrático de Ciência Política na Universidade Lusófona. Doutorado pelo Instituto Universitário

Europeu (1992, Florença) e agregado pelo Iscte-IUL (1999), foi professor convidado na Universidade de Stanford (1993) e Georgetown (2004) e investigador visitante na Universidade de Princeton (1996), na Universidade da Califórnia-Berkeley (2000 e 2010) e na Universidade de Nova Iorque (2017). Foi presidente da Associação Portuguesa de Ciência Política. Publicou e coorganizou recentemente o *Oxford Handbook of Portuguese Politics* (2022) e o livro *Portugal Since the 2008 Economic Crisis Resilience and Change* (2023).

Bruno Cardoso Reis é doutorado em War Studies pelo King's College. É subdiretor do Centro de Estudos Internacionais do Iscte-IUL e assessor convidado do Instituto da Defesa Nacional, tendo feito parte do grupo de trabalho de revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional. É investigador associado do M. Howard Center for the History of War, King's College, Reino Unido. É um dos autores do *Oxford Handbook of European Defence Policies*, publicado em 2018.

Carlos Jalali é professor associado com agregação na Universidade de Aveiro, onde dirige o programa doutoral UA-UBI em Ciência Política e coordena a unidade de investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas. É autor de diversos artigos e capítulos em revistas científicas e livros nacionais e internacionais, incluindo o ensaio *Partidos e Sistemas Partidários* (Fundação Francisco Manuel dos Santos).

Conceição Pequito Teixeira é doutorada pelo ISCSP-UL, professora auxiliar no ISCSP-UL, investigadora integrada no CAPP-ISCSP e investigadora convidada no CIES-Iscte. A sua investigação tem incidido no estudo da democracia, partidos e sistemas de partidos; sistemas eleitorais, recrutamento parlamentar e representação política e ainda nas atitudes e comportamentos político dos cidadãos. É *Political Science Research Lead* na TippingUp.

Daniela Nascimento é doutorada em Política Internacional e Resolução de Conflitos pela Universidade de Coimbra, mestre em Direitos Humanos e Democratização pelo Centro Europeu Inter-Universitário de Direitos Humanos e Democratização de Veneza e licenciada em Relações Internacionais pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. É investigadora do Centro de Estudos Sociais,

integrando a Linha Temática Democracia, Justiça e Direitos Humanos, e professora associada no Núcleo de Relações Internacionais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

David Pimenta é doutorando em Política Comparada no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e bolseiro de investigação em Ciência Política na Fundação para a Ciência e a Tecnologia. É investigador no Observatório da Qualidade da Democracia e editor no *Politikon - LAPSS Journal of Political Science*. Anteriormente ocupou diversas funções de gestão em várias organizações. O seu trabalho de investigação atual centra-se em política comparada, nacionalismo e conflitos étnicos.

Eduardo Gonçalves é doutorando em Política Comparada no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e bolseiro de investigação em Ciência Política na Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projecto «*(The Matrix of) Populist and Denialist Attitudes towards Science*». A sua investigação centra-se nos temas de política comparada, populismo e movimentos sociais.

Filipa Raimundo é investigadora no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e professora auxiliar no Iscte-IUL. Doutorada em Ciências Políticas e Sociais pelo Instituto Universitário Europeu, mestre em Política Comparada pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e licenciada em Sociologia, pela Universidade Nova de Lisboa. Foi investigadora e professora convidada no Departamento de Direito, Economia e Governo da Universidade de Utrecht e assistente de investigação no Centro de Estudos Avançados do Instituto Universitário Europeu de Florença. Para além disso, foi investigadora visitante na Universidade de São Paulo, na Universidade de Califórnia em Berkeley, e no Instituto Juan March em Madrid.

Filipe Teles é professor de Ciência Política no Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro e pro-reitor para o desenvolvimento regional e política de cidades. Atual presidente da European Urban Research Association, membro do Steering Committee do Standing Group on Local Government and Politics do ECPR e coordenador da secção de Governança Local

da Associação Portuguesa de Ciência Política. É, também, um dos editores da série Palgrave Studies in Sub-National Governance. Autor de vários livros e artigos científicos, é consultor de diversas instituições internacionais no domínio da governação local.

Hugo Ferrinho Lopes é bolseiro de doutoramento FCT em Política Comparada no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e investigador do Observatório da Qualidade da Democracia. É também investigador associado do Observatório Político e colaborador do Observatório Permanente da Juventude e do PRAXIS-UBI. Os seus interesses de investigação compreendem as instituições políticas (em particular, partidos políticos), representação política, atitudes e comportamentos políticos e juventude na política. Tem publicado em revistas científicas como a *International Political Science Review*, *Transfer: European Review of Labour and Research* e na *West European Politics*. É coautor de *A Participação dos Jovens nos Municípios e os Conselhos Municipais da Juventude* (AEDREL, no prelo).

João Gabriel de Lima é doutorando em Política Comparada no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e investigador no Observatório da Qualidade da Democracia. É mestre em jornalismo, colaborador da revista *Piauí*, do jornal *O Estado de São Paulo* e da rádio *Nova Brasil*, além de professor na Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP). Os seus principais interesses de investigação são o debate público nas democracias, a participação política da sociedade civil e as diversas formas do autoritarismo contemporâneo. É autor de *O Burlador de Sevilha* (Companhia das Letras/São Paulo e Temas e Debates/Lisboa) e *Carnaval* (Editora Objetiva/Rio de Janeiro).

José Pedro Zúquete é investigador principal no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. A sua pesquisa concentra-se principalmente em política comparada, movimentos sociais e extremismo. Os seus livros anteriores incluem o *Routledge International Handbook of Charisma* (ed., Routledge, 2021).

Lúcio Hanenberg é doutorando em Política Comparada no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e bolseiro de doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Mestre em Ciência

Política e Relações Internacionais pela Universidade Nova de Lisboa, onde também concluiu a licenciatura. Investigador do Observatório da Qualidade da Democracia, os seus principais interesses de investigação focam-se na competição partidária face a legados autoritários, assim como na polarização.

Luís Lobo-Fernandes é doutorado pela University of Cincinnati (1995). Professor catedrático (aposentado) de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade do Minho, titular da cátedra internacional Jean Monnet de Integração Política Europeia desde 2004. Antigo Fulbright scholar na The Henry M. Jackson School of International Studies – University of Washington, Seattle, e Calouste Gulbenkian fellow na School of Advanced International Studies (SAIS) – Johns Hopkins University, Washington DC.

Madalena Meyer Resende é investigadora do IPRI-UNL e professora auxiliar convidada no Departamento de Estudos Políticos da Universidade Nova de Lisboa. É doutorada em Ciência Política pelo Departamento de Governo da London School of Economics. Lecionou no Colégio da Europa de Natolin em Varsóvia e foi Gulbenkian Research Fellow no Center for European Policy Studies em Bruxelas. A sua área de investigação é a Política Europeia Comparada com principal foco na Europa Central e Oriental. É autora de *The Unintended Effects of Europe on Central and Eastern European Party Systems: Poland and Beyond* (2009) e de *Catholicism and Nationalism, Changing Nature of Party Politics* (2014).

Marcelo Camerlo é doutorado em Ciência Política pela Universidade de Florença e investigador principal no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Coordena os projetos de investigação «The Presidential Cabinets Project»; «The South European Governments Project»; e «Ciência Política à Portuguesa». É coordenador dos programas de estudos RSCool e METHODICS, do Programme Director of EuroSud Erasmus Mundus International Master e do Observatório da Qualidade da Democracia do ICS-IUL.

Marco Lisi é professor associado com agregação no Departamento de Estudos Políticos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da

Universidade Nova de Lisboa, onde coordena a pós-graduação em Política e Cidadania Digital. É também investigador no IPRI-NOVA e membro do Conselho de Redação da revista *Relações Internacionais*. Os seus principais interesses de investigação são os partidos políticos, eleições, grupos de interesse, representação política e campanhas eleitorais, sobre os quais tem publicado vários artigos em revistas nacionais e internacionais. Participou em vários projetos nacionais e internacionais e a sua obra mais recente intitula-se *Partidos em Tempo de Crise* (Edições Sílabo, 2022).

Nelson Santos é doutorando em Política Comparada no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. O seu doutoramento debruça-se sobre a politização da União Europeia nos parlamentos nacionais, e é realizada no âmbito do projeto ERC MAPLE - Measuring the Politicization of the European Union. Os seus interesses de investigação compreendem a União Europeia, partidos políticos da esquerda radical e métodos computacionais aplicados às ciências sociais.

Pedro Silveira é professor auxiliar na Universidade da Beira Interior, investigador do Praxis-Ubi e do IPRI-NOVA e doutorou-se em Ciência Política na Universidade Nova de Lisboa. Os seus interesses de investigação incluem as elites políticas, o governo e a liderança política.

Pellegrino Cammino é investigador no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, onde trabalha como research and innovation officer. É doutorado em Política Comparada Europeia pela Universidade de Siena.

Raquel Rego é doutorada em sociologia pela Université Lille 1 (França) e, simultaneamente, pelo Iscte-IUL (2007), e pós-graduada em análise de dados em ciências sociais pelo Iscte-IUL (2021). Atualmente é investigadora auxiliar do ICS-ULisboa, leciona no programa interuniversitário em sociologia, OpenSoc, e no programa de doutoramento em Política Comparada e Relações Internacionais do ICS-ULisboa. Coordenou o projeto «REP – Representatividade dos parceiros sociais e o impacto na governança económica», financiado

pela FCT (2018-2022), e a edição do livro *The Representation of Workers in the Digital Era - Organizing a Heterogeneous Workforce* (Palgrave Macmillan 2022).

Roberto Falanga é investigador auxiliar no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Doutorou-se pela Universidade de Coimbra em «Democracia no Século XXI» em 2013 e, nos últimos anos, tem vindo a investigar as múltiplas vertentes da participação cívica na tomada de decisão. Destacam-se os seus contributos sobre orçamentos participativos, planeamento participativo, bem como monitorização e avaliação de processos participativos. Colabora com várias entidades públicas no desenho, realização e avaliação de iniciativas de envolvimento da sociedade civil. É membro de projetos nacionais e internacionais sobre temas relacionados com a participação cívica e atualmente lidera, no ICS-UL, dois projetos financiados pela Comissão Europeia sobre democracia participativa e deliberativa para objetivos sustentáveis. Coordena várias unidades curriculares em cursos de pós-graduação e é membro do conselho científico do programa de doutoramento em Estudos de Desenvolvimento na Universidade de Lisboa.

Sandrina Antunes é doutorada em Ciência Política pela Université Libre de Bruxelles, sendo *scientific fellow* desta instituição, e é professora auxiliar no Departamento de Ciência Política da Universidade do Minho. Colaborou com o Committee of the Regions e com a Assembleia das Regiões Europeias. Os seus interesses de investigação encontram-se na interseção da Ciência Política e dos Estudos Europeus. O seu trabalho científico foca-se sobretudo em movimentos regionalistas e nacionalistas na Europa.

Susana Salgado é investigadora principal no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (2020.04070.CEECIND/CP1615/CT0007). Coordena projetos de investigação, ensina e publica sobre comunicação política e temas diretamente relacionados como desinformação, o ódio e o extremismo *online*, polarização política, populismo, participação política, democracia e *media*.

Filipa Raimundo

CAPÍTULO 7

Novos atores políticos, velhas lutas simbólicas

Nos anos de 2021 e 2022, consolidaram-se no debate político nacional novos atores políticos no espetro da direita que têm procurado definir a sua posição face a velhas batalhas ideológicas. A memória coletiva é um dos planos em que essa conquista de terreno simbólico se tem feito. O balanço dos últimos dois anos é que a entrada destes novos atores políticos, apesar de representar o preenchimento de espaços ideológicos até então vazios, como seja o campo liberal e o campo da direita radical, não se traduziu em novas visões da história recente do país, apenas numa maior visibilidade de uma narrativa já existente. Por outras palavras, os novos partidos, Iniciativa Liberal (IL) e Chega (CH), têm abraçado a velha batalha dos partidos políticos portugueses, centrada acima de tudo na memória do pós-25 de Abril, reproduzindo e reafirmando aquela que foi sendo a narrativa dos partidos tradicionais de direita, PSD e CDS.

No campo da direita radical, por exemplo, poderíamos esperar uma outra narrativa sobre o período pré-25 de Abril, mas tal não tem sucedido, pelo menos no que toca ao líder e inquestionável figura central do partido, André Ventura. Durante a campanha presidencial de 2021, um jornal de grande circulação nacional apresentou um

conjunto de perguntas a todos os candidatos. Aos sete candidatos presidenciais, foi perguntado: «Se for eleito, vai comemorar o 25 de Abril no Parlamento? Como?» Ao responder à pergunta do jornal, todos os candidatos presidenciais, da esquerda radical à direita radical, manifestaram intenção de preservar as comemorações anuais. Desde 1977, essas comemorações incluem uma cerimónia oficial com ampla cobertura mediática realizada na Assembleia da República durante a qual o presidente e representantes dos partidos com assento parlamentar discursam perante o plenário. O candidato André Ventura afirmou: «Pretendo comemorá-lo como tem sido feito. É uma data que deve ser assinalada, que marca o início da transição de Portugal para um regime democrático». E acrescentou: «Mas o 25 de Novembro também deve ser celebrado (...) porque impediu que fôssemos uma ditadura de extrema-esquerda ao estilo soviético».¹

Enquanto o dia 25 de Abril é uma data bastante consensual em Portugal, o dia 25 de Novembro não o é. Este último é interpretado pelos partidos políticos mais à esquerda como um golpe destinado a interromper a Revolução, enquanto os partidos mais à direita o consideram um marco importante no caminho do país para a democracia liberal, visão também partilhada pelo PS. Estas têm sido as duas visões que durante muitos anos dominaram a cena política nacional, e isso não mudou com a entrada de novos partidos.

Durante vários anos, o CDS, por vezes em conjunto com o PSD, procurou apresentar na Assembleia da República propostas de celebração oficial do 25 de Novembro e votos de congratulação pela efeméride. Na sequência das eleições de janeiro de 2022, com a saída do CDS após 46 anos consecutivos no parlamento, essa data foi assinalada no parlamento acima de tudo pelo Chega, que apresentou um projeto de lei «pela consagração do dia 25 de novembro como feriado nacional obrigatório» e um projeto de resolução «pela instauração

¹ Em novembro de 1975, uma ação ilegal levada a cabo por alguns para-queedistas foi entendida como uma tentativa de golpe da extrema-esquerda, permitindo que os militares pró-governo e os aliados anticomunistas aproveitassem a oportunidade e recuperassem o controlo político do país. A derrota da extrema-esquerda em 1975 contribuiu para diminuir a incerteza quanto ao desfecho do processo de democratização, colocando o país no caminho da consolidação democrática (Rezola 2006; Lobo et al. 2016; Pinto 2006; Raimundo 2015). <https://www.publico.pt/presidenciais-2021/sete-temas-sete-candidatos> (acesso a 23 de Janeiro de 2021).

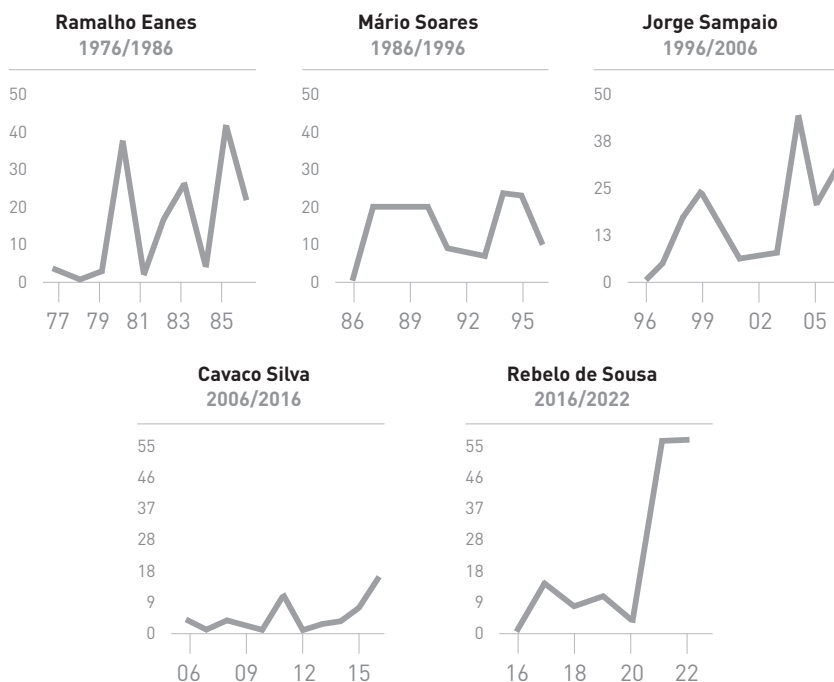
da celebração solene do 25 de novembro». Já no ano anterior, tanto o CDS como o Chega, haviam apresentado propostas desta natureza. E em todas elas a direita esteve unida (PSD, CDS, IL, Chega), votando sempre a favor de todas as propostas. Essa unidade não se verifica à esquerda. O que a análise de votações semelhantes mostra é que o PS nem sempre está alinhado com os restantes partidos de esquerda, optando ora por se posicionar isoladamente, ora colocando-se do lado dos partidos de direita. Tal sucedeu, por exemplo, em 2017, quando o CDS apresentou a 25 de novembro uma proposta que, estrategicamente, não falava especificamente daquela data, aludindo antes à «consolidação de Portugal como um país democrático e plural, inserido nos grandes espaços de afirmação internacional – o europeu, o atlântico e o lusófono – cumprindo o respeito pelas regras democráticas que o 25 de Abril permitira criar». Apesar desta proposta ter sido apresentada durante os anos da «geringonça», ou talvez por isso, o PS votou ao lado da direita, deixando os seus parceiros parlamentares isolados.

Uma das propostas rejeitadas em 2021 pelos partidos da esquerda, incluindo o PS, foi uma proposta do CDS, que recomendava ao governo que propusesse ao presidente «a atribuição da Ordem da Liberdade às personalidades que contribuíram decisivamente para o triunfo da democracia e da liberdade a 25 de novembro de 1975». Apesar de ter sido rejeita, a ideia parece ser partilhada pelo presidente Marcelo Rebelo de Sousa, que, em 2022, decidiu condecorar a 25 de novembro o general Pires Veloso, assim como a Associação de Comandos, numa cerimónia em Belém que foi divulgada como representando uma «celebração simbólica do 25 de novembro». É certo que esta condecoração não constituiu uma viragem na visão do presidente sobre a data, mas representou sem dúvida uma intenção de marcar a sua posição sobre esta batalha simbólica, em relação à qual a direita nunca teve dúvidas.

Mas dizer que Marcelo Rebelo de Sousa tem deixado uma marca de direita na sua presidência, em particular na forma como usa a Ordem da Liberdade, não corresponderia à verdade, muito pelo contrário. Como mostram os gráficos abaixo, os três primeiros presidentes, dois deles marcadamente de esquerda, exerceram regularmente o seu papel de grão-mestres da Ordem da Liberdade, atribuindo diversas condecorações a individualidades nacionais e estrangeiras ao longo

dos seus mandatos. Cavaco Silva, o primeiro presidente da República marcadamente de direita, foi o primeiro a quebrar com aquela tradição e a reduzir ao mínimo o número de condecorados, assim como a alterar o significado da Ordem, ao homenagear individualidades com um perfil marcadamente distinto daqueles que vinham sendo agraciados pelos seus antecessores. Se é verdade que Marcelo Rebelo de Sousa iniciou o seu primeiro mandato em 2016 sem quebrar de forma ostensiva com a abordagem de Cavaco Silva, essa continuidade durou pouco tempo. No final de 2022, e ainda com três anos de mandato pela frente, Marcelo Rebelo de Sousa praticamente havia igualado o recorde do número de homenageados por presidentes que pertencia ao presidente Jorge Sampaio, com 167 condecorações atribuídas em dois mandatos.

Gráficos 7.1 a 7.5. | Número de condecorados com a Ordem da Liberdade, por ano e por presidente.



Fonte: Elaboração própria a partir de www.presidencia.pt

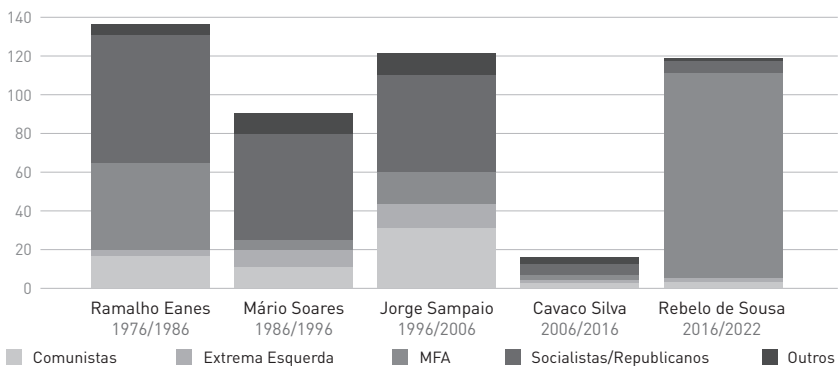
Nota: O último/primeiro ano de cada presidente no cargo repetem-se, estando representados em cada gráfico apenas o número de condecorados relativos a esse presidente.

É em 2021 e 2022 que ocorre uma viragem muito clara no comportamento do atual presidente da República, que assume como objetivo da sua presidência a condecoração de todos os oficiais identificados pela Associação 25 de Abril como «militares de Abril».

Esta decisão parece sugerir que o atual presidente não quer ficar para a história como um presidente de direita. No início do seu primeiro mandato, Marcelo Rebelo de Sousa afirmou ter como objetivo ser o presidente de todos os portugueses. Do ponto de vista do exercício dos poderes presidenciais, isso traduziu-se numa situação de coabitação pouco comum, em que a crisperação e as tensões entre um presidente e um primeiro ministro de cores políticas diferentes foram menos intensas do que vinha sendo habitual. E essa atitude aparece expressa também na forma como o presidente tem usado o papel de grão-mestre desta ordem.

O gráfico 7.6 ilustra isso mesmo. Marcelo Rebelo de Sousa é hoje o presidente que mais militares de Abril condecorou. Uma outra leitura que poderá ser feita é a de que o presidente quer deixar a marca de uma certa direita, uma direita que valoriza os valores de Abril e que, juntamente com o centro-esquerda, defendeu a democracia liberal, celebrando para isso o 25 de Novembro de 1975. Mas, como vimos anteriormente, também não se pode dizer que os novos partidos de direita tenham até agora trazido consigo uma nova narrativa sobre estes eventos históricos e sobre a memória coletiva.

Gráfico 7.6. | Distribuição dos condecorados portugueses com a Ordem da Liberdade, por presidente, em função do seu perfil antes do 25 de Abril



Fonte: Elaboração própria

Nota: Categorização feita com base em dados biográficos dos condecorados, 1977-2022.

A verdade é que o perfil maioritário até à sua presidência não era indiferente ao percurso político dos dois presidentes de esquerda que mais condecorações atribuíram. Até 2021, quando Marcelo Rebelo de Sousa iniciou a condecoração em massa dos militares de Abril, um terço dos condecorados com a Ordem da Liberdade enquadrava-se num perfil que podemos definir como «socialista» (considerando apenas o perfil de militância e atividades política pré-25 de Abril). Era esse o perfil maioritário, e não o dos militares de Abril. Entre aqueles condecorados, um terço é identificável com os fundadores do Partido Socialista, mas também com exilados e membros dos movimentos de oposição à guerra colonial e da esquerda socialista dos anos 60, cujas memórias vêm sendo recentemente reabilitadas. São também representantes dos movimentos estudantis, que se iniciaram no final dos anos 1940, assim como alguns protagonistas das crises estudantis de 1962 e de 1969, onde o ex-PR Jorge Sampaio se destacou. Este padrão mostra-nos claramente como os dois presidentes que até hoje mais tinham feito uso da Ordem da Liberdade, Mário Soares e Jorge Sampaio, procuraram homenagear os seus e deixar uma marca socialista na recuperação da memória da oposição ao Estado Novo.

O PCP, que é visto como o principal detentor da memória da repressão, assumia o terceiro lugar entre o perfil mais comum entre os condecorados (mais uma vez, falamos do período a que remontam os atos que justificam a condecoração). Se é verdade que, na fase inicial do Estado Novo, o estatuto de principal alvo da repressão foi disputado com os anarcosindicalistas, o nível de repressão sobre estes últimos foi tal que levou à sua extinção logo nos anos 1930s, permitindo ao PCP disputar sozinho essa herança daí em diante. Mas uma coisa é a história da oposição e resistência e outra é a reconstrução dessa memória através da Ordem da Liberdade e dos usos políticos que os presidentes poderão querer fazer dela. Mário Soares, por exemplo, poderia querer homenagear comunistas (não obstante a sua relação complexa com o partido), já que teve o seu apoio na segunda volta nas eleições que lhe deram a vitória, em 1986. No entanto, Soares não condecorou mais comunistas do que Eanes, nem o fez mais no primeiro mandato.

Em 2021 e 2022 cresceu o número de atores políticos que defendem, de uma ou outra forma, a celebração do 25 de Novembro de 1975. Isso traduziu-se fundamentalmente numa maior visibilidade

dessa narrativa, e não tanto numa mudança substantiva no debate nacional sobre a memória coletiva. Nenhum dos novos partidos questiona as comemorações do 25 de Abril, nem apresenta uma visão marcadamente nova ou distinta sobre o Estado Novo. Num período ainda marcado pela maioria absoluta do PS, não é possível saber se esse reforço à direita se traduzirá numa mudança oficial face à data do 25 de Novembro. As próximas eleições legislativas poderão trazer novidades nessa matéria.

